

O ANO DA RECONCILIAÇÃO"

Mensagem Pastoral do Bispos Católicos de Angola (29.03.2000)

1. A IGREJA E A PAZ.

A missão confiada por Cristo à sua Igreja vai essencialmente unida à promoção da paz. Quando envia os Apóstolos a anunciar a Boa Nova, Jesus ensina-lhes como devem saudar os evangelizando: «*Ao entrardes numa casa saudai-a dizendo: Paz a esta casa*» (Mt 10,12). Na solene despedida da última noite, Jesus entrega aos Apóstolos, como precioso testamento, o dom excelso da sua paz: «*Deixo-vos a minha paz, a minha paz vos dou*» (Jo 14,27). E depois da ressurreição, aparecendo aos Apóstolos, Cristo transmite-lhes como que o primeiro fruto da Redenção dizendo, duas vezes, enfaticamente: «*A paz seja convosco*», «*A paz seja convosco*» (Jo 20,19.21).

Daqui, a feliz expressão com que o Papa, na sua Mensagem para o Dia Mundial da Paz do corrente ano, chama à Igreja SACRAMENTO DE PAZ afirmando sem rodeios que, para a Igreja, «*CUMPRIR A SUA MISSÃO EVANGELIZADORA É TRABALHAR PELA PAZ*» (n. 20). Não podemos deixar de tomar a sério este repto, segundo o qual **OU A IGREJA SE EMPENHA A PROMOVER A PAZ OU A IGREJA NÃO EVANGELIZA**. Por outras palavras, não podemos evangelizar sem promover a paz.

Se este princípio é verdadeiro para todos os crentes, para nós, Pastores angolanos, ele transforma-se num dever necessário e urgente. E o Apóstolo bem nos recorda tal dever pastoral ao afirmar que Deus «*nos confiou o ministério da reconciliação*» (2 Cor 5,18), ministério este que não podemos, de forma alguma, desempenhar sem trabalhar pela paz.

2. MESMO NA GUERRA DE ANGOLA?

Em princípio, a doutrina da Igreja admite que possa existir legitimidade numa defesa pela força das armas, suposta a existência de gravíssimas condições, uma das quais é que os males a causar pelas armas não sejam maiores do que os males a evitar por elas.

A problemática desta última condição, porém, considerado o poder destruidor das armas modernas mesmo convencionais, vem pôr hoje em causa a legitimidade duma guerra. E neste contexto, as destruições, as desgraças, os males causados pela guerra civil de Angola têm sido de tal grandeza que a tornam simplesmente ilegítima.

Por isso mesmo, a Igreja insiste que, se não houve possibilidade de evitar o princípio da guerra, seja procurada a possibilidade urgente de lhe pôr fim. São tais os sofrimentos causados ao povo pelas atrocidades da guerra que nenhuma consciência cristã os pode aceitar.

3. A VOZ DO PAPA.

A nossa voz não pode deixar de estar em consonância com a voz do Papa que, ainda há poucos meses, declarou peremptoriamente: «*A guerra só leva à tragédia e ao desespero, semeando vítimas inocentes e destruindo vidas e casas, famílias e povos. Repito com urgência aquilo que eu disse tantas vezes no passado: é preciso procurar todas as alternativas à guerra*» (Osserv. Rom. 26.6.99).

Este mesmo pensamento transluz através da sua Mensagem para o Dia Mundial da Paz do ano corrente, onde João Paulo II nos recorda que a raiz das guerras é alimentada «*pelo desejo de dominar e explorar os outros, por ideologias de poder ou utopias totalitárias, por nacionalismos insensatos ou antigos ódios tribais*». E chama-nos a atenção para a advertência que nos deixa o século XX: «*As guerras são frequentemente causa de outras guerras, porque alimentam ódios profundos, criam situações de injustiça e espezinham a dignidade e os direitos das pessoas...Com a guerra, quem perde é a humanidade*» (n. 3).

É evidente que, *com a guerra de Angola, quem perde são os Angolanos*. Por conseguinte, ponhamos em prática, urgentemente, a sábia sentença de João XXIII: «*Não vamos discutir quem tem razão, vamos unir-nos*».

4. O DESESPERO DUM POVO.

«Massacram-nos todos os dias. Somos considerados como ovelhas para o matadouro. Acordai, Senhor, porque dormis? Despertaí e não nos rejeiteis para sempre. Porque escondéis a vossa face? Esqueceis a nossa miséria e opressão? A nossa alma está prostrada até ao pó, o nosso ventre pegou-se à terra. Levantai-vos e vinde em nosso auxílio, e livrai-nos pela vossa bondade» (Sl 43, 23-27).

Tão lancinante grito, exalado pelo Salmista há uns 25 séculos, expressa os sentimentos dos Angolanos que diariamente são condenados à morte, massacrados, desde os mais venerandos anciãos às mais tenras crianças, como inocentes cordeiros levados ao matadouro.

O que recentemente se tem passado em diversas partes do País, e até mesmo além-fronteiras, outra coisa não é senão disso um retrato espantoso. Centenas de Angolanos, de todas as idades, desde velhinhos de bastão a crianças de colo, uns fusilados, outros até queimados vivos, ora por terem atravessado a fronteira à procura de segurança ora por terem sido encontrados na zona ocupada pelo outro beligerante.

São crimes sem fronteiras que clamam justiça sem fronteiras. As nossas autoridades devem de ter conhecimento destas trágicas ocorrências, e saberão tomar as medidas que a tal respeito se impõem.

5. GENOCÍDIO ANGOLANO.

«Se o ultraje viesse de um inimigo, eu suportá-lo-ia; se a agressão partisse de quem me odeia, talvez dele me escondesse. Mas és tu, meu companheiro, meu familiar e meu amigo, com quem vivia em doce intimidade, e nas festas me acompanhava á casa do Senhor» (Sl 54, 13-15).

Também aqui o homem angolano está incarnado na queixa do Salmista, em uníssonos com o qual exclama dolorosamente: *Se aquele que me persegue e assassina fôsse um estrangeiro, um inimigo, vindo do fim do mundo, eu me resignaria. Mas és tu, meu irmão, filho da mesma Pátria, colega da mesma escola, habitante do mesmo bairro, parente da mesma família. Tu é que me persegues, e despojas, e torturas, e mutilas, e esquartejas, e matas! E porquê, meu irmão, porquê?*

Na verdade, há 25 anos que o sangue de irmãos vem sendo derramado por irmãos, no sagrado solo da nossa Pátria. São 25 anos de história manchada de sangue. Sangue de irmãos, derramado por irmãos! Em termos de duração, um dos mais longos genocídios da África contemporânea. Além de Deus, a própria história se encarregará de escarpelar as culpas deste genocídio, e não poupará os seus verdadeiros autores, que vão deixar na sombra muitos criminosos do passado. Até quando, irmãos, até quando?

6. A VOZ DOS QUE SOFREM

Aquilo que a todos diz respeito por todos deve ser tratado. Este princípio elementar da convivência humana não pode ser ignorado na solução dum problema que atinge a carne e a vida de todos os Angolanos.

Se o povo não foi ouvido para a guerra começar, seja agora ouvido para ela acabar. Nas lágrimas dos que choram e nos gemidos de todos os que sofrem as consequências da guerra, não podemos deixar de ouvir o grito dum Povo que pede lhe seja restituída, quanto antes, a paz a que tem direito.

Nenhum cidadão pode sentir-se feliz só com a louvável segurança das instituições públicas, sejam elas democráticas ou governamentais. É preciso garantir, sobremaneira, a segurança do povo. E, sobretudo no interior do País, o povo não tem segura a sua casa, não tem segura a sua família, não tem seguros os haveres, não tem segura a sua subsistência, não tem segura a sua vida, não tem segura a sua segurança.

7. GUERRA OU PAZ?

Se algum benefício a guerra tem, é fazer compreender a necessidade da paz. As feridas humanas que esse flagelo inflige só podem abrir ainda mais o fosso que separa os Angolanos. Na verdade, matar um suposto inimigo é, muitas vezes, fazer nascer dezenas de inimigos verdadeiros. Quem é que o não tem visto?

Mas *«ninguém se iluda de que a simples ausência de guerra, apesar de tão desejada, seja sinónimo de paz duradoura»* (João Paulo II, o.c.13). Como escreveu um célebre teólogo, *«Aqueles que pensam que bastam*

estruturas novas, talvez estruturas provenientes da violência do ódio, para chegarmos à síntese da paz, são guias cegos para homens cegos».

ENQUANTO O ANGOLANO NÃO ENTRAR NO CORAÇÃO DOS ANGOLANOS, nunca a paz entrará verdadeiramente em Angola. Não basta mandar calar as armas; é preciso deixar falar as almas. Que estas se comuniquem na sinceridade, se reconheçam na lealdade, se compreendam na reciprocidade e se amem na verdade.

Dentro desta perspectiva, a Igreja roga a Deus que se ponha fim à guerra e que a mesma Igreja possa desempenhar a sua missão reconciliadora colaborando com todos os homens de boa vontade, e com todos os meios ao seu alcance, na construção duma paz duradoura entre todos os Angolanos.

8. HÁ DOIS MIL ANOS.

Foi mesmo há dois mil anos que, ao nascer em Belém uma Criança, os Anjos cantaram sobre o mundo: «Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens, por Ele amados» (Lc 2,14). Esta divina Criança, cujo bimilésimo aniversário natalício estamos a celebrar no presente Jubileu, veio ao mundo exactamente para nos trazer a paz através da reconciliação com Deus e com o próximo.

A sua doutrina é, toda ela, uma mensagem de amor, de perdão, de reconciliação e de paz. Àquele que leva uma oferta ao altar vivendo em desavença com seu irmão, diz Cristo que vá primeiro reconciliar-se com esse irmão, e só depois é que Deus aceitará a sua oferta (Mt 5,23ss).

A Pedro que Lhe pergunta se basta perdoar ao próximo até sete vezes, o Senhor responde que não; é preciso chegar até setenta vezes sete. Isto quer dizer, não literalmente 490 vezes, mas vezes sem conta, sem limite.

A cruz em que Jesus morreu cravado reveste um simbolismo profundo, um verdadeiro sinal sacramental de reconciliação universal, pela qual veio dar a própria vida. O seu corpo, erguido verticalmente entre a terra e o Céu, significa e realiza a reconciliação entre os homens e Deus; ao mesmo tempo, os seus braços estendidos para o horizonte sobre a cruz significam a reconciliação dos homens entre si.

9. O JUBILEU E OS POLÍTICOS.

Não podemos fechar o coração ao significado deste Ano Jubilar, que nos intima à libertação, à reconciliação e à paz. Chegaremos à paz unicamente pelo caminho da reconciliação; e chegaremos à reconciliação unicamente pelo caminho da libertação do egocentrismo que, ao contrário do que pretende, nos isola dos outros e nos amesquinha perante o mundo.

Todos os Angolanos são convidados a receber o que o Jubileu lhes oferece. E a todos oferece uma oportunidade privilegiada para alcançar a graça da reconciliação e da paz, mormente entre aqueles que andam desavindos e inimizados por graves feridas político-militares.

A este convite de reconciliação ninguém se deve recusar, nem sequer os Partidos Políticos, que têm neste Ano Jubilar uma ocasião propícia para se libertarem de eventuais divisões internas e se tornarem Partidos fortemente coesos, dum modo singular a UNITA, cuja reunificação como Partido DEFINITIVA E EXCLUSIVAMENTE POLÍTICO seria para a Nação uma esperança de paz.

É convidado o Governo a manifestar perante todos os cidadãos sentimentos de verdadeiro pai, que não quer a morte de seus filhos mas, antes, que todos vivam em reconciliação e paz uns com os outros. FECHAR AS PORTAS AO DIÁLOGO SERIA ABRI-LAS A UMA GUERRA SEM FIM à vista, e Governo algum pode aceitar uma tragédia destas para o seu povo, o qual é a suprema razão de ser de todo o Estado e de toda a política.

As atrocidades perpetradas pela guerra de Angola parece que deixaram de ser notícia por deixarem de ser novidade. Mas não deixaram de ser crimes contra a humanidade. «E os crimes contra a humanidade não podem considerar-se assunto interno duma nação» (João Paulo II, o.c., n.7). POR ISSO, ESPERAMOS QUE AS NAÇÕES UNIDAS REPENSEM A SUA POLÍTICA COM RESPEITO AO CASO DE ANGOLA e procurem desempenhar um papel mais eficiente na procura da paz para os martirizados filhos da nossa Pátria.

10. CONCLUSÃO.

Considerando que o Povo precisa de ver respeitados e defendidos os seus direitos, pedimos ao Departamento dos Direitos Humanos patrocinados pela ONU que instale em cada Província e, se possível, mesmo em cada Município uma Delegação sua, à qual as pessoas possam recorrer livremente para solicitar esclarecimentos sobre a maneira de defender os seus direitos.

Tendo ainda em conta que a guerra continua a aumentar o número de deslocados em bastantes partes do Território nacional e a impedir a sua reinstalação, solicitamos aos nossos generosos doadores que continuem a apoiar a CARITAS/ANGOLA nos seus programas de emergência.

Parafraseando João Paulo II (o.c. n.4), podemos afirmar que, no teatro da guerra em Angola, *a honra dos Angolanos será salva por aqueles que falarem e trabalharem em nome da paz*. Por isso saudamos calorosamente todos aqueles que promovem iniciativas de paz, tais como o GARP e o Movimento PRO PACE.

Neste Dia e neste Ano, convidamos todos os nossos Fiéis e Angolanos desejosos de paz a juntarem-se a nós, numa Cruzada de oração e de outras iniciativas pela reconciliação dos corações, a caminho da paz. Assim nos ajude com sua intercessão a Virgem Santa Maria, que há justamente dois mil anos nos deu o Príncipe da Paz.

Luanda, 29 de Março de 2000

Os Bispos Católicos de Angola